

MEMORANDO INTERNO Nº 181/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de Cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ARP Nº 38/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, às fls. 3.839/3.846, sobre o pedido de cancelamento do item **Nº 199 - LEVOFLOXACINO 500 MG.**

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 29 de novembro de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

29/11/2022

ASS: 

Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076

De: Daniela Mattos <juridico01.destra@gmail.com>
Enviado em: sexta-feira, 11 de novembro de 2022 14:01
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br; FARMACIA PRESIDENTE EPITACIO; Luiza Motter
Assunto: Re: NOTIFICAÇÃO PRÉVIA - INEXECUÇÃO - PEDIDO Nº 13458/2022 - MUNICÍPIO DE PRESIDENTE EPITÁCIO - ORGÃO GERENCIADOR CIOP
Anexos: Gmail - Levofloxacino.pdf; 1881.2022 - LICIT CARTA LEVOFLOXACINO - DISTRIBUIDORES (1).pdf

Prezados, boa tarde

Infelizmente estamos com esse medicamento em falta e por isso a entrega ainda não foi realizada. O laboratório havia nos passado previsão de atendimento primeiro para o mês de novembro e quando cobramos novamente passaram que seria em dezembro. No entanto, essa semana entrei em contato pedindo um posicionamento e a representante me falou que os pedidos estavam sendo cancelados. Ocorre que o laboratório está sem fornecedor de ingrediente ativo no momento e por isso não estão conseguindo produzir o item e não sabem a previsão de a demanda normalizar.

Em razão disso, como não temos outro fornecedor, **estamos solicitando o cancelamento de todos os nossos contratos.**

Peço desculpas pelo transtorno.

Em sex., 11 de nov. de 2022 às 13:49, Laura Licitação Destra <licitacao01.destra@gmail.com> escreveu:

----- Forwarded message -----

De: <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>

Date: sex., 11 de nov. de 2022 às 11:03

Subject: NOTIFICAÇÃO PRÉVIA - INEXECUÇÃO - PEDIDO Nº 13458/2022 - MUNICÍPIO DE PRESIDENTE EPITÁCIO - ORGÃO GERENCIADOR CIOP

To: <faturamento01.destra@gmail.com>, <licitacao03.destra@gmail.com>, <comercial01.destra@gmail.com>, <licitacao01.destra@gmail.com>

Cc: <farmaciapmpe@gmail.com>

À EMPRESA DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Fica NOTIFICADA à empresa DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Detentora da ARP nº 38/2022 – P.E. 01/2022, para que apresente no **município de Presidente Epitácio** o medicamento constante no **Pedido nº 13458/2022** até o dia **30/11/2022**, sob pena abertura de procedimento de inexecução com a possibilidade de aplicação de sanção administrativa de impedimento de licitar e/ou multa.

A empresa pode trocar a marca, mantendo-se o preço, mas não deixar de entregar, podendo ser sancionada.

Ao município, que segue em cópia, acompanhar o prazo.

Atenciosamente.

3840
58



Marcel Cardoso

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP

Presidente Prudente-SP

Tel.: (18) 3223-1116 – Ramal 204

--

Att.

Laura

Tel.: (46) 2601-1345



--

Att,

Daniela Mattos

Advogada OAB/PR 102.036



AOS DISTRIBUIDORES

Ref: Fornecimento do medicamento:

LEVOFLOXACINO 500MG 40X7 (280 CPS)-VP

Ofício nº. 1993/2022 DH

A PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 73.856.593/0001-66 e Inscrição Estadual nº 41806327-06 estabelecida à Rua Mitsugoro Tanaka, 145 – Centro Industrial Nilton Arruda, na Cidade de Toledo, Estado do Paraná – CEP 85903-630, VEM respeitosamente perante Vossa Senhoria apresentar **JUSTIFICATIVA DE FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO LEVOFLOXACINO COM SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DE EMPENHO**, conforme segue abaixo:

Primeiramente, a empresa esclarece que tem pleno conhecimento da responsabilidade geral das cadeias de suprimentos no mundo, incluindo as relacionadas à indústria farmacêutica. Para tanto, visa sempre a melhor forma de atender seus pedidos, buscando *a priori*, entregar medicamentos de qualidade para o tratamento regular da saúde de seus pacientes.

A contratada esclarece que, está com demandas pendentes de entrega do medicamento LEVOFLOXACINO 500MG 40X7 (280 CPS)-VP inclusive de Órgãos Públicos, e diante dessa situação, importante explicar que a Indústria Farmacêutica vem trabalhando incessantemente para manter a produção dos medicamentos ante aos reflexos da pós-pandemia, que prejudicou a instabilidade produtiva de diversos fármacos, visto maioria dos insumos serem importados.

Tanto é que as matérias-primas utilizadas na fabricação de medicamentos são, em sua grande parte, importadas de outros países, tendo sido atingido fortemente devido os reflexos advindos da pós-pandemia em todo o mundo, dificultando até mesmo a fabricação e zerando o estoque de diversos medicamentos.

Nesse viés, tem sido amplamente noticiado na mídia sobre os atrasos na entrega de matéria-prima, conforme publicações abaixo¹:

A empresa realizou diversas compras de ativo em 2021 dos quais ainda aguarda o recebimento do insumo farmacêutico, e a matéria-prima ainda não chegou à Indústria Farmacêutica.

Apesar de o Brasil estar adotando medidas flexibilizadas com os protocolos de prevenção da COVID-19, as Indústrias Farmacêuticas ainda possuem dificuldades de aquisição de ativo com os principais importadores da Índia e China.



ASSISTA AGORA
AO VIVO

Fiocruz diz que demanda global por IFA gerou atrasos na entrega de vacinas

Fundação respondeu à Procuradoria da República do Distrito Federal, que instaurou procedimento para apurar suposta falta de transparência da fundação

Em mesmo sentido²:



The screenshot shows the official website of the Municipality of Ibitinga. At the top, there is a header with the city's coat of arms and the name 'IBITINGA' in large letters, followed by 'PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA'. To the right, there are social media icons and a search bar. Below the header is a navigation menu with links for CIDADE, GOVERNO, SERVIÇOS, LICITAÇÕES, TRANSPARÊNCIA, NOTÍCIAS, and PLANO. The main content area features a news article titled 'Cidades do Brasil enfrentam falta de medicamentos pela ausência de matéria prima' under the 'Saúde' category. The article is dated 02/08/2022 at 8h30. Below the title is a photograph of a hand reaching for a box on a shelf in a pharmacy or warehouse.

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/fiocruz-diz-que-demanda-global-por-ifa-gerou-atrasos-na-entrega-de-vacinas/>

² <https://www.ibitinga.sp.gov.br/noticias/saude/cidades-do-brasil-enfrentam-falta-de-medicamentos-pela-ausencia-de-materia-prima>

ISTOE Dinheiro

EDIÇÃO Nº 1286 12.08



AY ESTILO ECONOMIA NEGÓCIOS TECNOLOGIA FINANÇAS GIRO CULINISTAS



Produtos Químicos

ABRI

NEGÓCIOS

Foi à farmácia e não achou seu remédio? Entenda por que falta medicamento no Brasil



3 IFA – INSUMO FARMACÊUTICO ATIVO

Nesse viés, a matéria acima indicada traz de forma expressa as dificuldades encontradas pelo setor farmacêutico, principalmente pela falta de matéria-prima que é importada de outros países, conforme trecho transcrito da matéria:

“O principal responsável por esse desabastecimento é a falta de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), matéria prima de todo medicamento e a principal responsável pelo seu princípio ativo. Mais de 95% da IFA utilizada pela indústria farmacêutica são importadas e 68% vem da China³”.

Assim, considerando todos os aspectos que envolvem a fabricação de um medicamento, sobretudo em razão da escassez de matéria-prima, no qual estamos

³ <https://www.istoedinheiro.com.br/foi-a-farmacia-e-nao-achou-seu-remedio-entenda-por-que-falta-medicamentos-no-brasil/>

³ Idem item 3.

sendo diretamente impactados em razão da pós-pandemia da COVID/19, nos colocamos a disposição desta Distribuidora para sanar quaisquer dúvidas que possam surgir.

Diante do exposto, requer:

a) Seja a presente resposta a notificação conhecida em razão das justificativas mencionadas acima, e no mérito, julgado procedente;

b) Seja aceito o pedido de cancelamento de saldo contratual do item em ata e cancelamento de empenho pendente;

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos.

Termos em que pede e espera deferimento.

Toledo - Paraná, 21 de outubro de 2022.

FELIPE
HOLZBACH
TAGLIARI:932
88670020

Assinado eletronicamente por FELIPE
HOLZBACH TAGLIARI em 21/10/2022
Data: 2022.10.21 10:17:04 -0100

PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA



Daniela Mattos Bascel Soluções <juridico01.bascel@gmail.com>

Levofloxacin

2 mensagens

Daniela Mattos Bascel Soluções <juridico01.bascel@gmail.com>
Para: Adriana Hartmann <adriana.hartmann@pratidonaduzzi.com.br>

8 de novembro de 2022 10:32

Bom dia, Adri

Vocês já tem previsão de quando a demanda de levofloxacin vai normalizar? Estamos com várias pendências de atendimento.

Obrigada

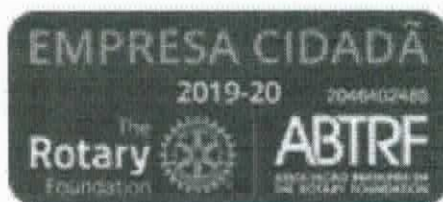
Depto. Jurídico Bascel Soluções.

CNPJ: 21.515.353/0001-02

Telefone: (46) 3524 9142 / (46) 3524 6305 - Ramal 2023



Soluções



Adriana Hartmann <adriana.hartmann@pratidonaduzzi.com.br>
Para: Daniela Mattos Bascel Soluções <juridico01.bascel@gmail.com>

8 de novembro de 2022 10:42

Bom dia,

No momento estamos sem previsão para novos lotes devido a falta de fornecimento de matéria prima;

Adriana Hartmann
Vendedor
SUPERVISAO DE VENDAS HOSPITALAR INTERNA
045 2103 1457
www.pratidonaduzzi.com.br

De: Daniela Mattos Bascel Soluções [juridico01.bascel@gmail.com]
Enviado: terça-feira, 8 de novembro de 2022 10:32
Para: Adriana Hartmann
Assunto: Levofloxacin

Bom dia, Adri

Vocês já tem previsão de quando a demanda de levofloxacin vai normalizar? Estamos com várias pendências de atendimento.

Obrigada

—

[https://ci3.googleusercontent.com/mail-sig/AlorK4y7KbT1pFArNxK5c5RZOZT6c1
OrjbbquVi3K3LKgh6o8h6RyLptJrEnNhefntSfK8lq1igcaGE]

As informações contidas nesta mensagem são CONFIDENCIAIS, protegidas pelo sigilo legal e por direitos autorais.
A divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer outra forma de utilização do teor deste documento depende de

autorização do emissor, sujeitando-se o infrator às sanções legais. Caso esta comunicação tenha sido recebida por engano, favor avisar imediatamente, respondendo esta mensagem. O Grupo Prati-Donaduzzi está comprometido com as melhores práticas de compliance e repudia atos de corrupção, suborno e fraude, conforme previsto em seu Código de Ética e Conduta disponível no site oficial da empresa. Por esse motivo, orienta seus parceiros de negócios a adotarem uma postura ética e de respeito às legislações fiscal-tributária, concorrencial e ambiental.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3855
8

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 199 - LEVOFLOXACINO 500 MG

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de cancelamento referente ao item **Nº 199 - LEVOFLOXACINO 500 MG**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 01/2022** sob a justificativa de que ocorreu um desabastecimento do medicamento junto ao seu fornecedor.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento do item nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa peticionante, em documento juntado aos autos solicita o cancelamento do item supra que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um desabastecimento do item junto ao seu fornecedor.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

gbr

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista



O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

g BZ



Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, podendo chegar a um ano.**

g 52



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3858
8

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, o cancelamento de itens, nos moldes ora pleiteados, somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim o desabastecimento sazonal de medicamento no mercado é um dos fatos a ser considerado no momento em que realiza a proposta no certame, vez que este faz parte dos riscos assumidos pela empresa.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o cancelamento do item, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

g B 12



3859
8

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio a dificuldade do licitante em obter o produto a ser fornecido, relação jurídica da qual a Administração não faz parte, mas sim o licitante.

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento do item da empresa solicitante, não havendo real motivo para que o argumento apresentado pela empresa prospere, uma vez que foram acostadas apenas cópias de -e-mails de seu fornecedor, sendo que esta não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, **até porque em pesquisa no CMED verifica-se outras marcas.**

É necessária uma razão factual e não um desabastecimento de seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo

g5n



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3860
B

motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, *verbis*:

“VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

BM



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3861
8

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa licitante, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar*

g 512



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3862
3

disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração".

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa solicitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.


CONCLUSÃO


Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa **DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 12 de janeiro de 2023.


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Diretor Jurídico Interino


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 20/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Solicitação de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022

Interessado: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ARP Nº 38/2022

Após pedido de cancelamento às fls. 3.839/3.846 sobre o item **Nº 199 - LEVOFLOXACINO 500 MG**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 3.855/3.862, que opinou pelo indeferimento da solicitação.

Presidente Prudente, 13 de janeiro de 2023



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Solicitação de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 01/2022
Interessado: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ARP Nº 38/2022

Trata-se de solicitação de cancelamento do item **Nº 199 - LEVOFLOXACINO 500 MG**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 38/2022, alegando, em síntese, o desabastecimento do fármaco junto ao seu fornecedor no período de vigência da Ata.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 3.855/3.862, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ Nº 41.511.821/0001-70, ARP Nº 38/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 13 de janeiro de 2023



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de cancelamento de item. Pregão Eletrônico nº 01/2022. Interessada: DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ Nº 41.511.821/0001-70, ARP Nº 38/2022. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do item Nº 199 - LEVOFLOXACINO 500 MG, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 13 de janeiro de 2023.

